

CORREIO DO VALE

Divulgação/Munir Neto



Deputado é eleito para presidência pela sétima vez

Munir Neto é empossado presidente no Clube Comercial

Tomou posse para o sétimo mandato como presidente do Clube Comercial o deputado estadual Munir Neto, em uma cerimônia realizada na noite desta segunda-feira (26), na sede do clube, em Volta Redonda. O evento, no bairro Colina, teve a presença do prefeito de Volta

Redonda, Antônio Francisco Neto, do vice-prefeito, Sebastião Faria, do prefeito de Rio Claro, Babilon Biondi, entre outros convidados. Munir, que também é comerciante, tomou posse ao lado do vice-presidente, Mauro Gomes, mais conhecido como Mauro Bacalhau.

‘Queremos avançar’

“Tenho que agradecer muito a confiança da ‘família comercialina’ e dos conselheiros que nos elegeram por aclamação. Vamos dar continuidade ao trabalho feito até agora, mas queremos avan-

çar ainda mais, fazendo o Clube Comercial ser a referência que sempre foi no esporte, no lazer e na cultura. Os associados podem esperar muitos eventos de qualidade”, disse Munir.

Sobre a trajetória

O deputado estadual começou a sua trajetória na direção do Clube Comercial - fundado em 1951 - como membro do Conselho Deliberativo, desde 1985, sendo reeleito várias vezes. Ele também

foi diretor de esportes na gestão do ex-presidente Abel, e em 1999 foi eleito pela primeira vez como presidente do clube, cargo que ocupou até 2011, após sucessivas reeleições.

Divulgação



Evento acontece a partir de sexta (30) até domingo (01)

Ipiabas sedia encontro de Land Rover e festival de música

O distrito de Ipiabas, em Barra do Piraí, será palco do inédito Encontro Regional de Land Rover e do Festival Internacional de Blues e Jazz, que acontece a partir desta sexta-feira (30) até domingo (01). Pelo menos 120 Land Rover de vários estados do país, entre eles, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina, já

estão inscritos. O evento gratuito será realizado na Praça do Avião e no Palco Estação Cultural, no Centro do distrito de Ipiabas. Além da boa música e aventura garantida pelos amantes do off road, os visitantes terão acesso a gastronomia com expositores de várias localidades da região do Vale do Café.

Ocupação hoteleira em 100%

A atração, que é novidade na região, promete alavancar a economia do Sul do Estado. Há apenas alguns dias do evento, o distrito contabiliza 100% de ocupação hoteleira. Segundo o organizador do Encontro de Land Rover, Ademir Abrantes, o evento inédito na região per-

mite ainda que visitantes possam conhecer os modelos Land Rover que são ícones no automobilismo mundial: “Sem dúvida, é um momento marcante que coloca Barra do Piraí no mapa como um destino de destaque para quem aprecia qualidade, aventura e inovação”.

Festival Internacional

A programação musical na sexta-feira começa a partir das 20h começa o Festival Internacional de Blues e Jazz, com Sementes D’ África, Rosa Marya Colin In Blues e Banda Black Rio. No sábado, no Palco Estação Cultural, com a participação do Grupo Camacho, Laretha

Weathersby e Bruno Marques Band (USA), seguido de Blues Beatles. O encerramento, no domingo, será ao som da banda Nós da Música e Dudu Lima e Victor Biglione. Todos as apresentações musicais acontecerão no Palco Estação Cultural, ao lado da Praça do Avião.

Retomada de Angra 3 ganha apoio em primeira audiência

Deputado reforçou suspensão temporária de dívidas da Eletronuclear

Divulgação/Eletronuclear



Custos para abandonar o projeto da usina nuclear é quase o mesmo para continuar

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realizou, nesta terça-feira (27), uma audiência pública que debateu por cerca de três horas a retomada das obras da usina nuclear Angra 3. O consenso entre os participantes foi unânime: a pior decisão, neste momento, é a indecisão. A paralisação prolongada do empreendimento representa um custo elevado para o país, tanto do ponto de vista financeiro quanto estratégico, energético e ambiental.

O presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo Leite, foi enfático ao destacar os prejuízos da inércia e ponderou que a empresa aguarda uma atualização dos estudos do BNDES considerando o recente acordo entre a União e a Eletrobras. As obras paradas já custam R\$ 1 bilhão por ano.

- O pior investimento em infraestrutura é aquele que fica paralisado. Esse não é investimento, é gasto - afirmou. Lycurgo também lembrou que o estudo já conduzido pelo BNDES mostrou que concluir Angra 3 custaria R\$ 23 bilhões, com retorno em geração de emprego, energia e renda, enquanto abandonar o projeto implicaria gasto de R\$ 21 bilhões, sem retorno. “A nossa matriz é a mais limpa do mundo. O mundo quer chegar em 2050 onde o Brasil já estava em 2015. Precisamos liderar essa transição energética”, defendeu.

Segurança energética

Além da Eletronuclear, representantes do TCU, CNEN, Marinha, BNDES, INB, ABDAN, ABEN, FIRJAN, AMAZUL e governo do Rio de Janeiro ressaltaram que a indefinição emperra o avanço do setor nuclear, compromete a segurança energética nacional e representa risco fiscal. Houve apelos por ação coordenada entre Executivo, Legislativo e setor produtivo para garantir uma decisão rápida e estruturada.

O deputado Julio Lopes (PP-RJ), autor do requerimento da audiência, anunciou que irá interceder pelo pedido de waiver — suspensão temporária do pagamento de dívidas da Eletronuclear com o BNDES e a Caixa Econômica Federal — como

medida para dar fôlego à estatal enquanto se aguarda decisão do Conselho Nacional de Política Energética. O pedido foi feito pela Eletronuclear em janeiro deste ano e visa suspender as cobranças até dezembro de 2026.

Presentes na audiência

Participaram da audiência o presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo Leite; o auditor-chefe da AudElétrica do TCU, Marcelo Leite Freire; o presidente da CNEN, Francisco Rondinelli Junior; o diretor da Marinha, vice-almirante Celso Mizutani Koga; a superintendente do BNDES, Luciene Ferreira Monteiro Machado; o presidente da INB, Adauto Seixas; o presidente da ABDAN, Celso Cunha; o presidente da ABEN e da NUCLEP,

Carlos Henrique Silva Seixas; o coordenador de energia nuclear do governo do Rio de Janeiro, João Leal; o diretor da FIRJAN, Marcio Fortes; o diretor-presidente da AMAZUL, vice-almirante Newton de Almeida Costa Neto; e o diretor do STIEPAR, Augusto Emílio da Silva.

Estiveram presentes ainda 15 deputados, entre eles os titulares Julio Lopes, Benes Leocádio, Danilo Forte, Igor Timo, Ricardo Guidi, Jadyel Alencar e Bandeira de Mello; os suplentes Bebeto, Sidney Leite, Carlos Jordy e Hercílio Diniz; e os não-membros Carlos Gaguim, Reimont, Gilson Daniel e Filemon. As apresentações e a íntegra da audiência estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br).

Livro sobre escravidão no Vale Paraíba será lançado no Museu da Justiça do Rio

Por Redação

O livro “O Vale da Escravidão: Histórias de Escravizados nos Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro” será lançado, nesta quinta-feira (29), às 17 horas, no Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Haverá ainda exposição sobre o mesmo tema. A cerimônia é aberta ao público e contará com a presença do presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto de Castro, da subprocuradora-geral da República, Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, além dos organizadores e coautores do livro.

A iniciativa faz do projeto Arquivos Judiciais da Escravidão no Vale do Paraíba Fluminense, desenvolvido em parceria entre o MPF (Ministério Público Federal) e o TJRJ. A obra reúne 13 artigos assinados por historiadores, cientistas sociais e integrantes do Arquivo Geral do TJRJ e do Museu da Justiça, baseados na análise de processos cíveis e criminais envolvendo pessoas escravizadas no Vale do Paraíba Fluminense.

O procurador da República Sergio Gardenghi Suiaia, que coorganizou o livro, afirma que o objetivo da obra é iluminar as histórias destas pessoas e mostrar que a liberdade não foi uma dívida do 13 de maio de 1888, mas sim uma conquista de milhares de pessoas envolvidas em litígios judiciais para a emancipação. “Estamos muito felizes de contar com um grupo tão qualificado de historiadores e pesquisadores da escravidão no Vale do Paraíba para contar essas histórias”, afirmou.

A subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Frischeisen, que coordena a Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF

Brunno Dantas/Visite Museus



Lançamento vai acontecer no Museu de Justiça do Rio

(4CCR), enfatiza que “preservar, estudar e divulgar os arquivos judiciais da escravidão é um dever do Estado brasileiro com os descendentes das pessoas escravizadas – e também um passo essencial para enfrentar as injustiças históricas que ainda persistem na nossa sociedade”.

Escravidão e liberdade

O projeto, lançado em maio de 2024, busca identificar, mapear e contribuir para a preservação e difusão dos processos judiciais relacionados à escravidão e à liberdade de pessoas negras no Brasil do século XIX, depositados nos arquivos do próprio Tribunal de Justiça e em municípios do Vale do Paraíba fluminense.

O projeto está dividido em três partes: identificação e visita aos acervos judiciais mantidos em municípios do Vale do Paraíba Fluminense, doação de equipamentos para possibilitar a conservação e digitalização dos acervos processuais mantidos em Piraí e Rio Claro e organização de livro, exposição e seminário voltados à divulgação de histórias de pessoas escravi-

zadas no Vale do Paraíba, registradas em processos judiciais.

Participam do projeto, pelo MPF, o Núcleo do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República no Rio de Janeiro e a 4CCR, e, pelo TJRJ, o Museu da Justiça, o Serviço de Acervo Textual, Audiovisual e de Pesquisas Históricas (Seata), o Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional (Decco) e o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos/Divisão da Gestão de Documentos (Degea/Diged).

Mão de obra escravizada

No século XIX, o Vale do Paraíba Fluminense destacou-se como um dos principais polos da economia escravista no Brasil. A região, estrategicamente localizada entre Rio de Janeiro e São Paulo, tornou-se epicentro da expansão cafeeira imperial, marcada por um modelo de plantations altamente dependente da mão de obra escravizada.

A paisagem da região foi moldada por grandes propriedades rurais e uma aristocracia

agrária que acumulava riqueza, poder político e prestígio social – sustentados pela exploração intensiva do trabalho escravo.

Embora o tráfico transatlântico de africanos tenha sido oficialmente proibido pela Lei Feijó, de 1831, a legislação permaneceu amplamente ineficaz por décadas. No Vale do Paraíba, como em outras regiões do Império, persistiu a entrada clandestina de africanos escravizados, em articulação com redes locais e internacionais de tráfico ilegal. Estudos indicam que uma parcela significativa dos cativos presentes nas fazendas da região durante as décadas de 1830 a 1850 foi ilegalmente importada, em flagrante descumprimento da legislação brasileira e dos tratados internacionais firmados pelo país.

A região foi, assim, palco de uma profunda contradição entre o ordenamento jurídico e a prática social e econômica. Essa tensão manifesta-se em inúmeros processos judiciais preservados nos arquivos do TJRJ e em fundos custodiados por prefeituras e instituições locais. Nesses documentos, é possível identificar ações de liberdade, acusações de tráfico ilegal, litígios envolvendo cartas de alforria, e conflitos entre escravizados e senhores – vestígios concretos da luta por direitos e da resistência à escravidão.

Serviço

- Lançamento do livro e da exposição O Vale da Escravidão: Histórias de Escravizados nos Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- Data: 29 de maio de 2025
- Hora: 17h
- Local: Museu da Justiça do Rio de Janeiro, na Rua Dom Manuel, 29, Centro